

A PARALISAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL: o MST como referência da luta pela terra e território (1984-2019)

THE PARALYSIS OF AGRARIAN REFORM IN MATO GROSSO DO SUL: the MST as a reference in the struggle for land and territory (1984-2019)

Fagner Lira Bizerra

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, SP, Brasil
fagner.flb@gmail.com

Bernardo Mançano Fernandes

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, SP, Brasil
mancano.fernandes@unesp.br

Resumo

O último assentamento criado em Mato Grosso do Sul foi em 2013. Desde 1984 foram criados 204 territórios da reforma agrária nesse estado. Isso foi possível com a organização de movimentos socioterritoriais que fizeram lutas e depois de inumeráveis conflitos agrários conquistaram sua terra de trabalho e de vida. Dentre esses movimentos o MST é um dos grandes protagonistas, com mais de 100 ocupações de terra, possuindo vínculo direto com a conquista de 55 territórios da reforma agrária em Mato Grosso do Sul. Estado com uma estrutura fundiária extremamente desigual e um grande histórico de violência no campo, esses territórios representam os resultados das trajetórias desses movimentos e a ocupação como ferramenta de desenvolvimento territorial. Temos como objetivo compreender a importância do MST-MS para a reforma agrária popular em Mato Grosso do Sul. Por meio de revisão da literatura, análise de dados da Rede DATALUTA, da CPT, do INCRA, do IBGE, de informações e dados do MST. Observando-se que cada ocupação de terra realizada por esse movimento socioterritorial foi parte do processo de conquista de território da reforma agrária, as ocupações de terra estão intrinsecamente relacionadas com a criação dos assentamentos rurais, como pode ser visto nesta pesquisa.

Palavras-chave: Reforma Agrária. MST. Mato Grosso do Sul. Território.

Abstract

The last settlement created in Mato Grosso do Sul was in 2013. Since 1984, 204 land reform territories have been created in that state. This was possible with the organization of socio-territorial movements that fought and, after countless agrarian conflicts,

conquered their land of work and life. Among these movements, the MST is one of the great protagonists, with more than 100 land occupations, having a direct link with the conquest of 55 territories of agrarian reform in Mato Grosso do Sul. State with an extremely unequal agrarian structure and a great history of violence in the countryside, these territories represent the results of the trajectories of these movements and occupation as a tool for territorial development. We aim to understand the importance of the MST-MS for popular agrarian reform in Mato Grosso do Sul. This is done through a literature review, data analysis from the DATALUTA Network, CPT, INCRA, IBGE, MST information, and data. Observing that each land occupation carried out by this socio-territorial movement was part of the agrarian reform process of conquest of territory, land occupations are intrinsically related to the creation of rural settlements, as can be seen in this research.

Keywords: Agrarian Reform. MST. Mato Grosso do Sul. Territory.

Introdução

Quando se aborda o tema da Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul, dois fatos merecem atenção no contexto atual. O primeiro é que a Reforma Agrária não tem avançado neste estado nos últimos anos. O segundo é o protagonismo do Movimento dos Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (MST) no desenvolvimento da Reforma Agrária desde o seu nascimento.

Nesse aspecto, temos como marco inicial o ano de 1984 quando houve o primeiro Encontro Nacional do MST. Naquele mesmo ano aconteceu a primeira ocupação de terra do MST em Mato Grosso do Sul. A partir desse momento segue-se uma trajetória de conflitos e disputas territoriais entre camponeses Sem Terra e latifundiários, com o Estado como “mediador” de um processo que ora resultava em conquistas territoriais, ora resultava em violência, para os camponeses.

Então temos uma situação de luta por terra e território, com sujeitos sociais de lados opostos que provocou de um lado a criação de 204 Assentamentos Rurais nesse período (1984-2019) e de outro um aumento da concentração de terra na estrutura fundiária em Mato Grosso do Sul. Diante do exposto, nesse andamento vamos identificar as razões pelas quais o MST é considerado um Movimento Socioterritorial relevante para a conquista de território camponês em Mato Grosso do Sul.

Entendemos como movimentos socioterritoriais os movimentos sociais que não existem sem território, seja um acampamento ou um assentamento, o território é a base

de sustentação da trajetória desses movimentos. “[...] Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.” (FERNANDES, 2005, p. 31). Dessa forma ao criar relações sociais a partir de seus interesses individuais e coletivos, principalmente para a conquista da terra, esses movimentos criam seus próprios territórios, com características sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais próprias.

[...] Já os movimentos socioterritoriais, dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade. Essa ação de resistência é resultado da recusa por parte das classes dominadas em manterem-se na situação de exclusão e subordinação imputada pelos agentes hegemônicos da sociedade capitalista. (PEDON, 2009, p. 227-228).

De acordo com Pedon (2009), os movimentos socioterritoriais surgem a partir de grandes inquietações sociais, provocadas na maioria das vezes em função da exclusão que acompanha o desenvolvimento dos processos econômicos capitalistas. E as ações representadas por esses movimentos refletem um desdobramento desses conflitos e disputas territoriais.

Nesse caso, podemos discutir o conceito de território a partir de sua tipologia, abordando-o em três tipos. Sendo o primeiro território, os entes da federação, como o Estado brasileiro, estados-membro, e os municípios. No segundo território, a propriedade como limite deste tipo de domínio territorial, as propriedades podem ser públicas ou privadas neste segundo tipo. E no terceiro, mais relacionado às formas de uso do território, ou seja, de sua territorialidade, como exemplos temos os territórios indígenas, territórios quilombolas, territórios camponeses, territórios do agronegócio, territórios da reforma agrária, onde determinadas formas de uso coletivo ou individual da terra caracterizam seus processos culturais, sociais, econômicos, políticos e a sua preservação ou destruição. Importante compreender que esses três tipos de território não se encontram isolados um do outro, eles se perpassam entre si, de forma que um assentamento rural, possui propriedades particulares e coletivas em determinado município. (FERNANDES, 2013).

As forças sociais efetivam o território, o processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado na territorialidade cotidiana dos indivíduos e emanado dela, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades, que condicionam nossa vida cotidiana. Formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos fundados em desigualdades e diferenças. Cristalizam-se

territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão uma certa forma e determinados conteúdos ao território e aos territórios. (SAQUET, 2013, p. 128).

Diante dessas referências, é possível caracterizar e observar as diferenças dos tipos de território a partir de seus usos, suas paisagens, suas organizações sociais, seus contextos históricos e econômicos. Quanto aos assentamentos rurais criados em Mato Grosso do Sul vamos nos referir a estes como territórios da reforma agrária. Pelo contexto histórico que provocou a criação e desenvolvimento desses espaços, sendo uma das formas de acesso à terra nesses territórios a Ocupação.

Nesses 20 anos de luta, a ocupação tornou-se uma importante forma de acesso à terra. Aproximadamente 77 % dos assentamentos implantados nas regiões Sul e Sudeste, nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, e nos estados do Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, no período 1986 – 1997, foram originados por meio de ocupações de terra, conforme pode ser observado no gráfico 5.1. (FERNANDES, 1999, p. 290).

Observamos que mais de 20 anos depois dessa conclusão *supra* a Ocupação de Terra pelos Sem Terra continuou sendo o principal instrumento de desenvolvimento da Reforma Agrária no Brasil e em Mato Grosso do Sul como pretendemos demonstrar neste trabalho. Desde já, “podemos afirmar que o uso do termo ocupação de terras no seu sentido contemporâneo foi cunhado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). [...]” (ROSA, 2012, p. 513).

Temos como objetivo, compreender a importância do MST para a Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul. Para que assim possamos identificar qual meio capaz de produzir resultados mais eficientes na luta pela terra, a partir dos resultados obtidos no histórico da trajetória do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra em Mato Grosso do Sul (MST-MS).

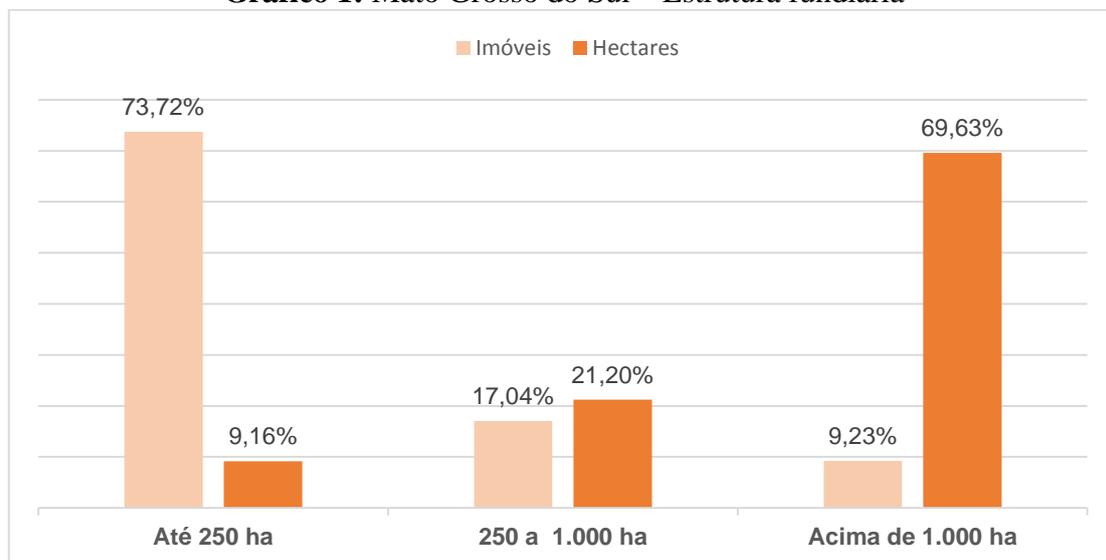
Para atingir esses resultados vamos nos apoiar na revisão da literatura que envolve a questão agrária no Brasil e no Mato Grosso do Sul, com análise dos dados da Rede DATALUTA, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assim como dos dados e informações do MST-MS.

A reforma agrária em Mato Grosso do Sul

Desde o ano de 2013 não houve criação de novos assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul, por nenhuma esfera de governos da federação. Também, não existem expectativas de que possam ser criados assentamentos ou outros avanços na pauta da Reforma Agrária pelo Governo Federal do então presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido), nem do Governo Estadual do governador Reinaldo Azambuja (PSDB). Nesse sentido, a estrutura fundiária sul-mato-grossense tende a se tornar cada vez mais injusta.

O estado de Mato Grosso do Sul apresenta uma das estruturas fundiárias mais desiguais do Brasil, sendo que 9,23% dos imóveis acima de 1000 hectares ocupam 69,63% do território sul-mato-grossense. Enquanto 73,72% dos imóveis com até 250 hectares ocupam 9,16% do mesmo território. Restando assim, 17,04% dos imóveis entre 250 e 1000 hectares ocupando 21,20% do território de Mato Grosso do Sul de acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) em 2018.

Gráfico 1: Mato Grosso do Sul – Estrutura fundiária



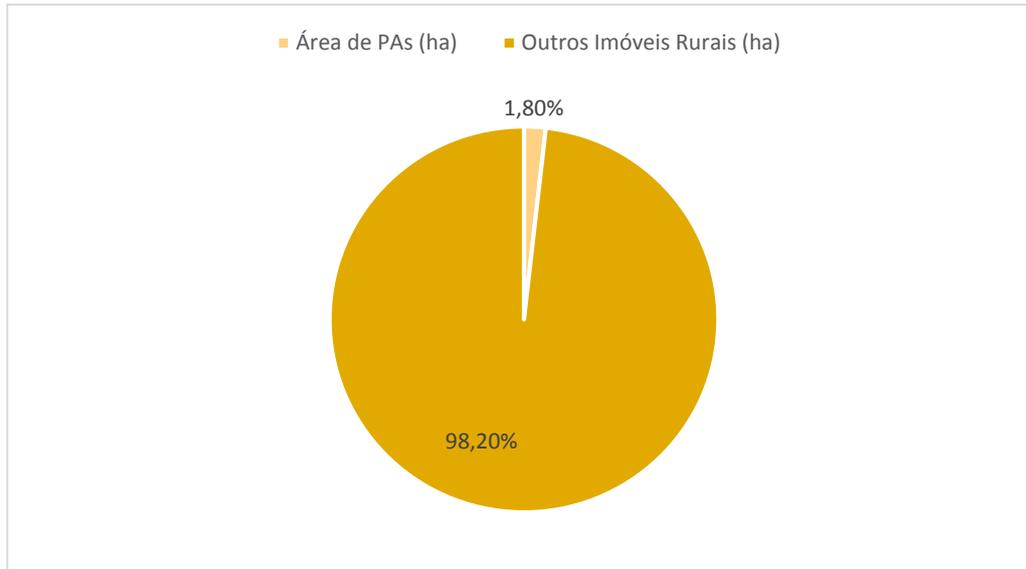
Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2018.

Org.: Fagner Lira Bizerra, 2020.

A situação de desigualdade da distribuição de terras nesse estado sempre foi motivo de conflitos agrários. Em termos de Reforma Agrária após grandes conflitos de luta pela terra protagonizados por camponeses e camponesas organizados(as) em movimentos socioterritoriais, foram conquistados em Mato Grosso do Sul 204 assentamentos rurais entre os anos de 1984 e 2013. (INCRA, 2017). A extensão territorial

desses 204 assentamentos rurais em hectares somados não passa de 716.212 ha, ou seja, equivalem a 1,80% do total de 39.603.266,70 hectares de todos os imóveis somados em Mato Grosso do Sul.

Gráfico 2: Mato Grosso do Sul – Comparação entre as áreas de projetos de assentamentos e outros imóveis rurais

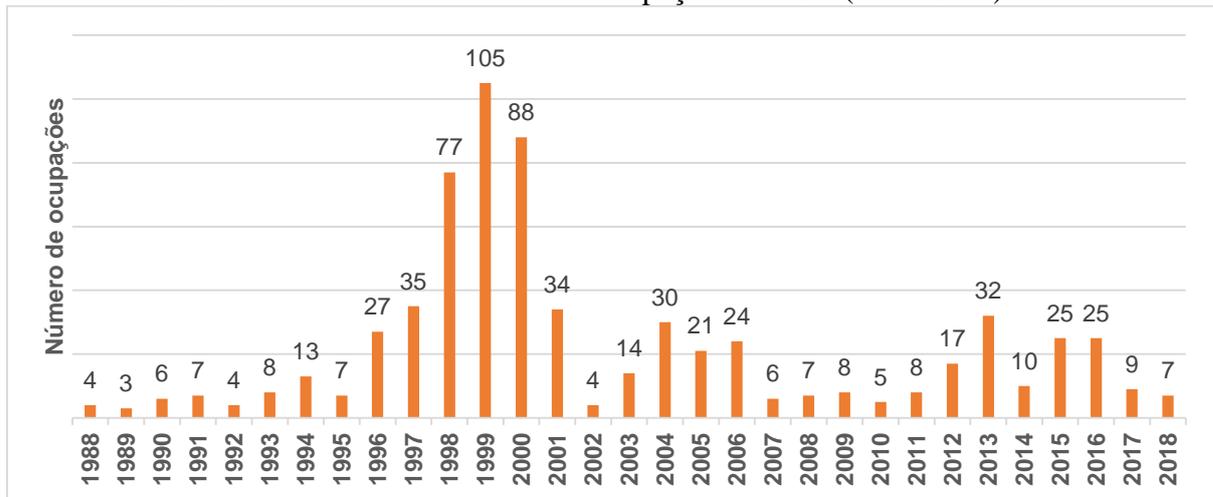


Fonte: INCRA, 2017; SNCR, 2018.

Org.: Fagner Lira Bizerra, 2020.

Nesse espaço de 716.212 ha desses 204 Projetos de Assentamentos (PAs) tem capacidade para 32.131 famílias viverem do seu próprio trabalho na terra. Essas famílias não foram assentadas sem que houvesse muita luta pela terra e resistência contra os diversos tipos de violências protagonizados ora pelos latifundiários, ora pelo Estado brasileiro. Essa luta e resistência organizada fez com que os movimentos socioterritoriais, por meio das ocupações de terra e outras formas de luta, protagonizassem a conquista desses territórios da reforma agrária no Mato Grosso do Sul. De acordo com dados do DATALUTA (2017) e da CPT (2018) entre os anos de 1988 e 2018 foram registradas 670 ocupações/retomadas de terra realizadas por movimentos socioterritoriais camponeses e indígenas no Mato Grosso do Sul.

Gráfico 3: Mato Grosso do Sul – Ocupações de terra (1988-2018)

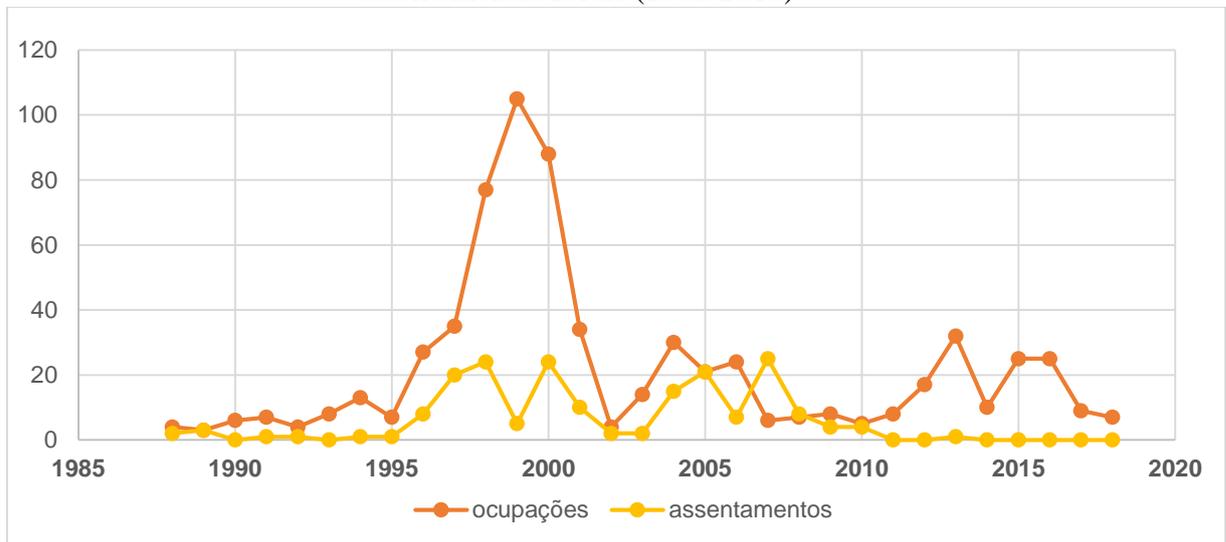


Fontes: DATALUTA, 2017; CPT, 2018.

Org.: Fagner Lira Bizerra, 2020.

A relação entre as ocupações de terra e a criação de assentamentos rurais podem ser observadas ao longo das últimas décadas quando cruzamos os dados da CPT e da Rede DATALUTA das ocupações com os dados do INCRA da criação de assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul.

Gráfico 4: Mato Grosso do Sul – Comparação entre as ocupações de terra e a criação de assentamentos rurais (1988-2018)



Fontes: CPT, 2018; DATALUTA, 2018; INCRA, 2017.

Org.: Fagner Lira Bizerra, 2020.

O que nos leva a acreditar que sem as ocupações de terra realizadas pelos movimentos socioterritoriais não haveria a criação de assentamentos da reforma agrária em Mato Grosso do Sul. De acordo com dados da Rede DATALUTA (2017) entre os anos 2000 e 2017 foram 14 movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações de terra em Mato Grosso do Sul. Entre eles o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) do Mato Grosso do Sul que realizou 58 ocupações de terra nesse período de 2000 a 2017.

Haja vista o protagonismo do MST na luta pela terra e território em Mato Grosso do Sul, vamos identificar a importância desse movimento para a Reforma Agrária nesse estado, entre os anos de 1984 e 2019. A partir das ocupações de terra e conquistas de territórios da reforma agrária, identificados como assentamentos rurais conquistados pelo MST-MS nesse período.

Em 2020 a Reforma Agrária se encontra paralisada em Mato Grosso do Sul, o MST junto a outros movimentos socioterritoriais resistem com acampamentos e a produção em seus territórios, diante do histórico deste movimento de luta pela terra podemos encontrar alternativas para a retomada da Reforma Agrária. Por isso, vamos abordar a trajetória do MST-MS a partir do debate paradigmático, da luta, da conquista e da defesa dos modelos de usos da terra e do território em Mato Grosso do Sul, dentro do contexto de hegemonia do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e de contra hegemonia do Paradigma da Questão Agrária (PQA).

A conflitualidade das disputas territoriais

Os conflitos territoriais no atual Mato Grosso do Sul, podem ser revirados, desde antes da criação da capitania de Mato Grosso em 1748, para garantir a nova fronteira com a “Espanha”. Com a guerra entre Brasil e Paraguai de 1864 a 1870. Da autorização de exploração da erva mate pela Companhia Matte Laranjeira em 1882. Com a Marcha para o Oeste lançada por Getúlio Vargas em 1940. A criação do Território Federal de Ponta Porã de 1944 a 1946. E com a divisão do estado de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul em 1977-1979. Isso tudo atravessando períodos de Colônia até “7 de setembro de 1822”, Império até 15 de novembro de 1889, Repúblicas e Ditadura Militar até 1985, quando inicia um processo de (re)democratização do Brasil.

Em meio a esse processo político-econômico-social de dominação territorial construído sobre territórios naturais, indígenas e quilombolas, traz em si outro tipo de conflito. Ou seja, o conflito sobre a forma e uso do território a partir da terra e das visões de mundo para com este bem da natureza e de tudo que se encontra acima e abaixo dela. Esse conflito pode ser pensando a partir da pergunta: como utilizar esse território? Sem divagar, e para delimitar o espaço de debate no meio rural do campo sul-mato-grossense podemos classificar dois tipos de usos, o primeiro não-capitalista e o segundo capitalista. Com isso, também temos duas formas de abordar teoricamente este debate, uma sob o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e outra sob o Paradigma da Questão Agrária (PQA).

Sob a perspectiva do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) só existe o modelo capitalista de produção e esse modelo é a resposta para qualquer problema advindo da questão agrária, que seriam para o PCA problemas conjunturais, e tudo que estivesse contraposto a este modelo deveria se adaptar ou ser extinto. No entanto, para os teóricos do Paradigma da Questão Agrária (PQA), os conflitos gerados pelo modo capitalista de produção dão base para uma teoria da questão agrária, como uma questão estrutural, gerada a partir de conflitos de classe, ou seja, o PQA é contraponto ao PCA, capaz de trazer elementos de leitura da realidade para responder aos problemas criados pelo modelo capitalista e sua proposta excludente para resolução de conflitos que ao modo de abordagem do PQA são geradores de desenvolvimento. (CAMPOS, FERNANDES, 2011; FELICIO, 2014).

Entendemos que os povos indígenas e quilombolas que viviam no Mato Grosso do Sul antes do processo de colonização e de exploração econômica a partir do século XIX não faziam uso de seus territórios por meio de exploração capitalista da terra e de outros recursos naturais. Outro fator com o processo de dominação territorial a partir de meados do século XX, foi o incentivo da migração de camponeses de outras regiões do Brasil para o Mato Grosso, o que trouxe outra classe social para o Mato Grosso do Sul, *os camponeses*. Inicialmente com objetivo de desmatamento e criação de áreas para agricultura e pecuária em larga escala, com uma ilusão de que os camponeses teriam seu próprio espaço de terra de vida e de trabalho. Esses camponeses já haviam sofrido o processo de exclusão capitalista em seus territórios de origem, fazendo um caminho que

é proposto pelo PCA de adaptação ou exclusão, porém, nesse caso a migração foi uma forma de resistir para continuar existindo como camponês.

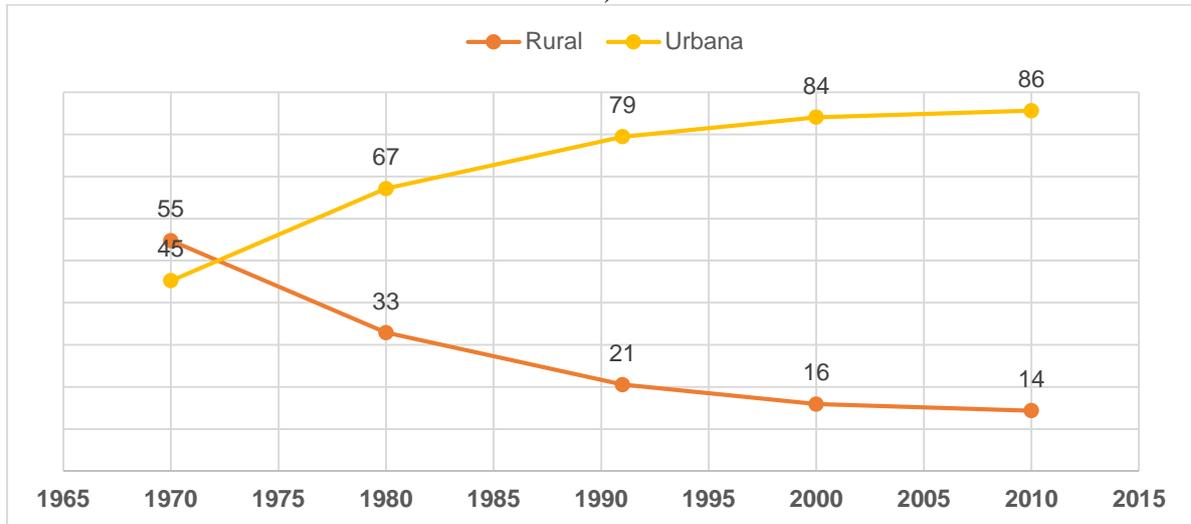
Segundo Navarro,

[...] Dito de outra forma, o desenvolvimento do capitalismo no campo, lentamente modificando não apenas a estruturação produtiva, tecnológica e econômico-financeira, mas também materializando novos comportamentos entre os agricultores (e, portanto, novos valores, uma nova cultura e uma diferente moralidade, além de instituir uma nova racionalidade) acaba extinguindo as formas camponesas de produção. [...]. (2010, p. 198).

As formas camponesas de produção, são formas que fazem do uso da terra seu modo de viver, com sua produção familiar, onde terra, trabalho e família são parte de um todo, de sua cultura, moral e valores sociais e individuais. No caso de Mato Grosso do Sul, os camponeses que aqui chegaram diante desse processo migratório, advindos do Nordeste e Sul do Brasil, em sua maioria nunca chegaram a ser proprietários de terra, o que houve, foi uma continuidade desse processo de exclusão capitalista, e isso acontecia também no Paraguai neste período, com imigrantes brasileiros. Logo que as terras, onde essas famílias camponesas às preparavam estavam prontas para o uso, elas eram novamente expulsas de seus locais de trabalho. (FABRINI, 2008); (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 2000).

De acordo com Avelino Junior, “De 1940 a 1960, o Paraná, o Mato Grosso e Goiás formaram a principal fronteira agrícola e, a partir de 70, passam a expulsar os colonos para uma nova fronteira: o Norte de Mato Grosso e a região Norte, principalmente Rondônia. [...]”. (2008, p.120). Já nos anos de 1980, o que era grande e farto para todos que viriam ao Mato Grosso do Sul, começava a faltar, e a terra para todos já estava nas mãos de poucos, com isso, os camponeses começavam a passar de mão de obra de trabalho para exploração da terra, para camponeses sem terra dos locais para os quais haviam sido incentivados a vir de seus lugares de origem. Ao mesmo tempo em que os territórios e terras indígenas, e quilombolas eram sendo cada vez mais apertados, reduzidos a reservas e confinamentos de comunidades tradicionais e de povos originários. Pode ser observado no gráfico 5 que a partir da década de 1970 a porcentagem da população rural no Mato Grosso do Sul foi sendo cada vez mais reduzida.

Gráfico 5: Mato Grosso do Sul – Porcentagem da população rural e urbana (1970-2010)



Fonte: IBGE, 1970; 1980; 1991; 2000; 2010.

Org.: Organizado pelo autor.

Compreendemos que esse processo de redução da população rural não foi isolado do modelo de acumulação capitalista concomitante com sua proposta de adaptação ou exclusão, que provocou a falta de alternativa dos povos do campo que em sua maioria foram para as áreas urbanas vender sua força de trabalho, vivendo nas periferias das cidades, outra parte percorreu os caminhos das fronteiras agrícolas que continuaram avançando para o Norte do Brasil, e uma minoria resistiu e fez a luta pela terra e por direitos contra a hegemonia do capitalismo agrário em Mato Grosso do Sul.

A (re) existência camponesa

Diante do cenário apresentado, esses grupos, camponeses, indígenas, quilombolas, passam a se organizar para lutar por terra e território. Retomando os conflitos territoriais no atual Mato Grosso do Sul, de um lado esses povos da terra incluso os trabalhadores e as trabalhadoras sem terra, e de outro os latifundiários e empresas do agronegócio que dominaram e exploram o território sul-mato-grossense. Nesse contexto surgem os movimentos socioterritoriais, movimentos de trabalhadores e povos tradicionais que necessitam da terra para existir, com isso, surge o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) em Mato Grosso do Sul como Movimento Socioterritorial. Em 2020 com uma trajetória de 36 anos neste estado.

O MST nasce em Mato Grosso do Sul respectivamente com sua primeira ocupação em 28 de abril de 1984, três meses após o primeiro Encontro Nacional de fundação do Movimento. No entanto, até 1989 era impossível separar a atuação do MST e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), pois a CPT foi articuladora da criação do MST em várias regiões do Brasil, inclusive em Mato Grosso do Sul. Foi a partir da ocupação da Fazenda Itasul em fevereiro de 1989 que o MST-MS passou a assumir o protagonismo da luta pela terra neste estado, no mesmo ano essa ocupação deu origem ao Projeto de Assentamento Indaiá no município de Itaquiraí.

No ano de 1985 o MST realizou seu primeiro congresso nacional em Curitiba-PR, com a palavra de ordem tática, “*ocupação é a única solução*”, pois ao ocupar latifúndios improdutivos que não cumpriam com sua função social da terra designada pela Lei de Terras e posteriormente pela Constituição da República Federativa do Brasil de outubro de 1988, o MST denunciava e apontava latifúndios que deveriam ser utilizados para fazer reforma agrária com distribuição de terras improdutivas ou de usos irregulares para trabalhadores e trabalhadoras sem terra.

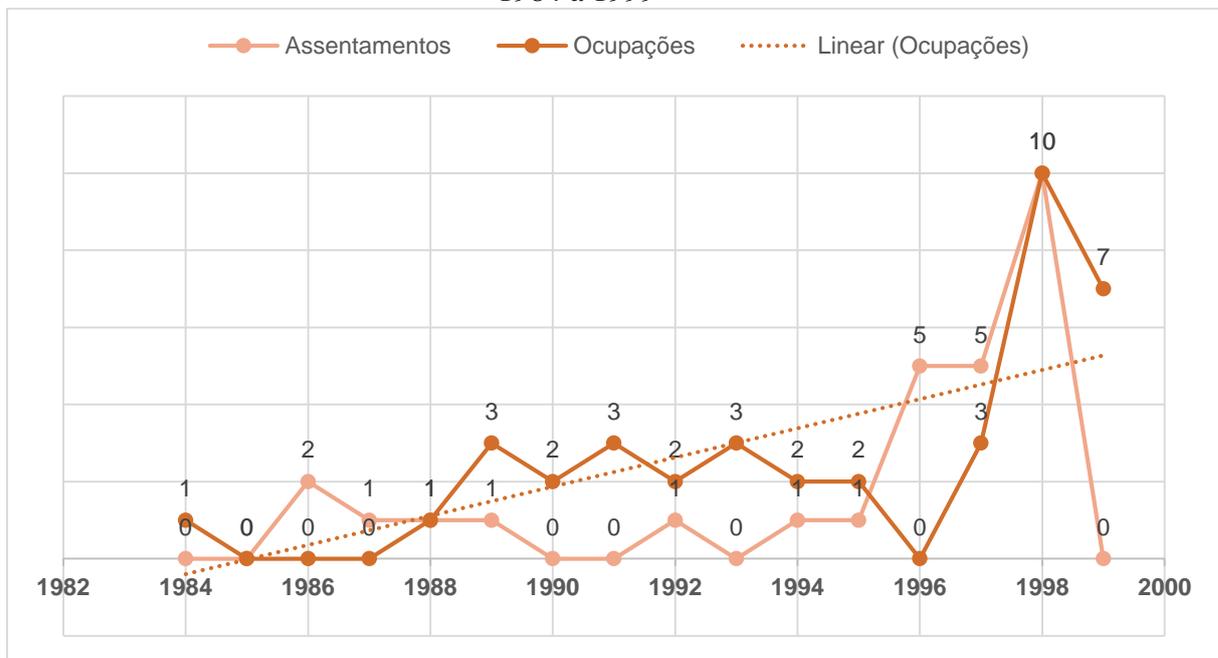
Com isso, a partir de 1989 o MST já tinha uma proposta de plano nacional de reforma agrária, e a palavra de ordem “*ocupar, resistir e produzir*” haja vista as conquistas territoriais realizadas nos seus primeiros 5 anos de luta pela terra organizada nacionalmente, fazendo com que em 1994 o MST já se encontrava organizado em 19 estados da federação brasileira. Em Mato Grosso do Sul já haviam sido conquistados 7 Projetos de Assentamentos Rurais, localizados em 5 municípios e com capacidade para 2.356 famílias. Essas conquistas ocorreram com 17 ocupações de terra realizadas pelo MST-MS entre os anos de 1984 e 1994. Ou seja, em 10 anos de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Mato Grosso do Sul (MST-MS).

A partir de 1995 com o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de cunho neoliberal, a violência contra os Sem Terra aumentou, a ponto da chacina de Eldorado dos Carajás em 1996 assassinar 19 Sem Terra, ao mesmo tempo a força do MST aumentou também com ampliação de ocupações e de conquistas de territórios para a reforma agrária. E o governo FHC respondia com Leis e Medidas Provisórias que criminalizam as ações do Movimento Sem Terra, o que acarretava prisões, violências policiais, e suspensões de vistorias de terras improdutivas para assentamentos rurais pelo Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária (INCRA). Além disso, em contrapartida aos trabalhadores rurais sem terra, havia movimentos dos grandes latifundiários e empresários rurais do agronegócio como o Movimento Nacional dos Produtores (MNP) e a União Democrática Ruralista (UDR), que, com conivência do Estado agiam com violência contra os Sem Terra já em quase todo território nacional, pois em 1999 o MST se encontrava em 23 estados brasileiros, com 15 anos de Movimento Sem Terra.

Com relação à trajetória do MST-MS por meio de suas ocupações e conquistas de assentamentos rurais, nesses primeiros 15 anos de existência, podemos observar no gráfico 6.

Gráfico 6: Mato Grosso do Sul – Ocupações e conquistas de territórios do MST-MS de 1984 a 1999



Fontes: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, 2017; DATALUTA, 2017; MST-MS, 2019.

Org.: Fagner Lira Bizerra, 2020.

Observamos uma linha ascendente do número de ocupações do MST-MS a partir de 1984 com uma ocupação que resultou na conquista de dois assentamentos rurais em 1986, com seu ápice desses 15 anos em 1998 com dez ocupações e dez territórios conquistados. Logo, temos registros de 39 ocupações realizadas pelo MST-MS em 17 municípios de Mato Grosso do Sul, em 30 áreas de imóveis improdutivos, com a participação de 17.212 famílias. Isso resultou na conquista de 28 Projetos de Assentamentos Rurais (PAs) localizados em 14 municípios, com capacidade para 5.845

famílias em 140.968,1315 hectares de terra para Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul em 16 anos de atuação do MST-MS. (BIZERRA, 2020).

Entre refluxos e conquistas da luta pela terra e territórios

Já na virada do século XXI, o MST continuava com seu ritmo de ocupações e conquistas, no ano 2000 em seu 4º Congresso Nacional em Brasília-DF a palavra de ordem foi “*Reforma agrária: por um país sem latifúndio!*”. Em continuidade à luta pela terra aumentavam-se as repressões por parte dos governos e dos latifundiários, foram assassinados militantes do MST-MS como aconteceu com Dorcelina Folador, Silvio Rodrigues, Ranildo da Silva, hoje com seus nomes em áreas de assentamentos rurais conquistados pelo movimento.

Nesse limiar, no ano de 2002, foi eleito presidente Luíz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Para alguns autores era um governo pós-neoliberal com projetos desenvolvimentistas. O fato é que apesar de ter sido eleito com grande apoio popular, inclusive do MST, estruturalmente não houve alterações. No entanto, o número de ocupações realizadas pelo MST-MS foram reduzindo a partir de 2004, assim como o número de territórios conquistados, gradativamente.

A ponto de identificarmos a partir de 2005 um “refluxo da luta pela terra” mesmo com grande número de manifestações por direitos, inclusive uma grande marcha nacional realizada pelo MST até Brasília-DF, onde foram firmados compromissos com intuito do cumprimento das metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), entre outros pontos apresentados pelo MST ao governo federal, o que também não foi cumprindo nem 10% do I ou do II PNRA por nenhum Governo Brasileiro.

Junto com as propostas do MST se evidenciavam as diferenças dos modos de ver o uso da terra e do território, das propostas do agronegócio, como por exemplo a agroecologia e a proposta de Reforma Agrária Popular que vinha sendo trabalhada como proposta contra hegemônica ao Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Pois envolvia toda classe trabalhadora sem exclusão, além de incluir a educação, cultura, economia local e solidária, a soberania alimentar, do campo brasileiro em articulação com a cidade, em um processo de interdependência e cooperação entre todos e todas.

A partir do surgimento da proposta do Programa Reforma Agrária Popular pelo MST, decorreu que apesar da redução das conquistas de assentamentos rurais, fossem conquistadas escolas para as áreas rurais com um projeto de educação do campo, inicialmente de nível fundamental e atualmente já em nível de pós-graduações, e de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que dão segurança aos pequenos produtores rurais e tradicionais, o que fortaleceu a produção agroecológica, sem uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, em harmonia com a natureza, zelando por sua preservação e produção de forma sustentável. Esses pontos vão de encontro, também, com a proposta do agronegócio que se esforça em deslegitimar essas conquistas para permanecer com suas propostas exclusivas e excludentes.

Em 2013 foi criado o último projeto de assentamento no Mato Grosso do Sul até o momento (2020), no município de Sidrolândia, e em 2014 foi realizado o VI Congresso Nacional do MST, com a palavra de ordem “*Lutar: Construir, Reforma Agrária Popular!*”, nesse congresso o MST contava com 30 anos de existência e se consolidava a proposta contra hegemônica da Reforma Agrária Popular (RAP). Essa proposta está inserida no Programa Agrário do MST, com eixos programáticos nos territórios da agroecologia, da soberania alimentar e da educação do campo. Incluindo tanto os trabalhadores e trabalhadoras do campo quanto da cidade em suas propostas de produção e comercialização de alimentos saudáveis e valorização da cultura popular.

Entre os anos 2000 e 2013 o MST-MS conquistou 27 territórios de reforma agrária em Mato Grosso do Sul, em 15 municípios com capacidade para 6.222 famílias em uma área de 121.434,0506 hectares. (BIZERRA, 2020). Após 2013 nenhum projeto de assentamento rural foi criado em Mato Grosso do Sul, mesmo com a passagem de três presidentes da república nesses últimos anos, no que se refere à Reforma Agrária a situação só piorou.

A relevância do MST como movimento socioterritorial

Em 2014 Dilma Rousseff (PT) foi reeleita presidenta do Brasil, nomeando Katia Abreu como ministra da agricultura, sinalizando uma tendência favorável ao PCA. Em Mato Grosso do Sul o MST-MS abre um dos maiores acampamentos dos últimos anos no

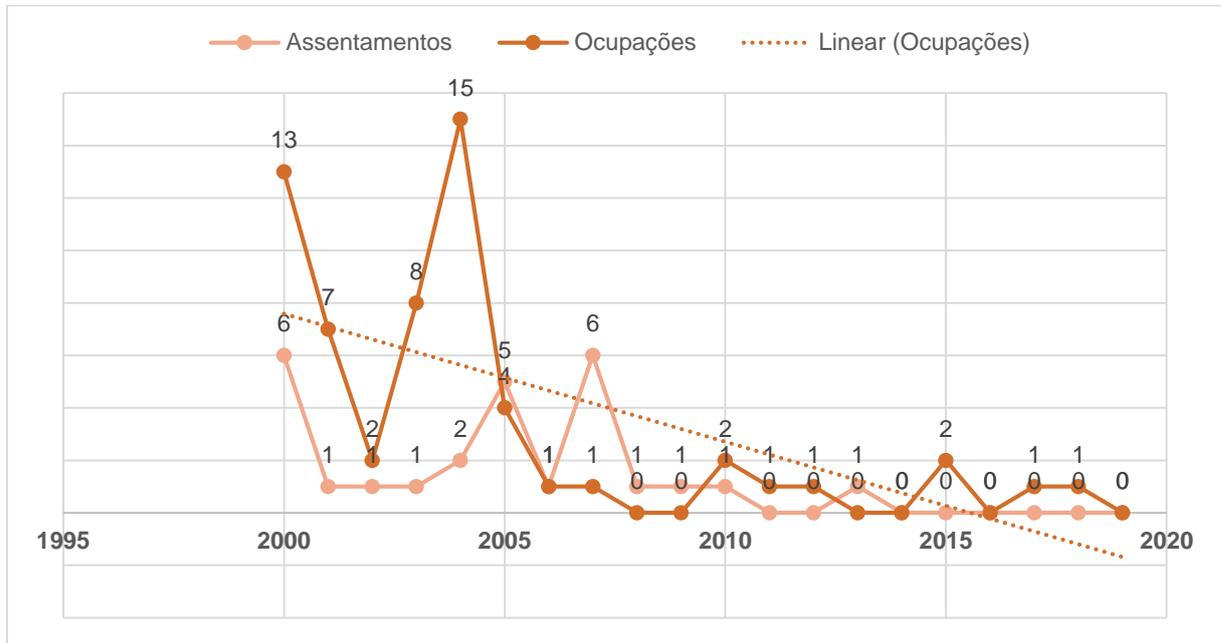
município de Japorã, com 1500 famílias. Faz umas das últimas ocupações recentes nas Fazendas Olinda em Sidrolândia, e Saco do Céu em Nova Andradina, em ambas foram dadas ordens judiciais de despejo, nesse período o MST-MS contava com mais de 3000 acampados em rodovias do estado.

Em 2016 com o golpe e impedimento do Governo Dilma entra em cena seu vice Michel Temer (MDB), o que não favoreceu a classe trabalhadora, implementando contrarreformas trabalhistas e eliminando direitos históricos conquistados com muitos sacrifícios, e desestruturando órgãos que deveriam apoiar a Reforma Agrária e os povos da terra. O que já estava ruim, piorou com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL) para presidente, nomeando para ministra da agricultura Tereza Cristina (DEM), importante representante do agronegócio brasileiro. Em Mato Grosso do Sul com a reeleição de Reinando Azambuja (PSDB) para governador, a política agrária seguia nos mesmos termos.

Com esses fatos, as políticas de Reforma Agrária para os camponeses e povos tradicionais foram sendo cada vez mais sucateadas, paralisadas, extintas. Prova disso é que em 2017 o MST-MS ocupa uma área da Fazenda Correntes em Dois Irmãos do Buriti, em 2018 se juntam mais movimentos nessa ocupação, e a área passa a ser negociada pelo INCRA a ponto de ser anunciada a sua compra para fins de reforma agrária. E pouco tempo após a negociação, o processo recua e nada foi feito após isso. Ou seja, não houve mais nenhuma sinalização de criação de novos assentamentos nos últimos anos e nem de apoio aos agricultores familiares e Sem Terra em Mato Grosso do Sul, ao contrário, o agronegócio e grandes latifundiários assim como as multinacionais do agronegócio tiveram grandes impulsos e ampliaram seus negócios e lucros ao mesmo tempo em que se retraiu a Reforma Agrária nesse estado.

Neste século foram realizadas pelo MST-MS, 59 ocupações de terra em áreas localizadas em 25 municípios entre os anos de 2000 e 2019, com a participação de 16.705 famílias nesses últimos 20 anos do MST no Mato Grosso do Sul. Como podemos observar no gráfico 7.

Gráfico 7: Mato Grosso do Sul – Ocupações e conquistas de territórios do MST-MS de 2000 a 2019

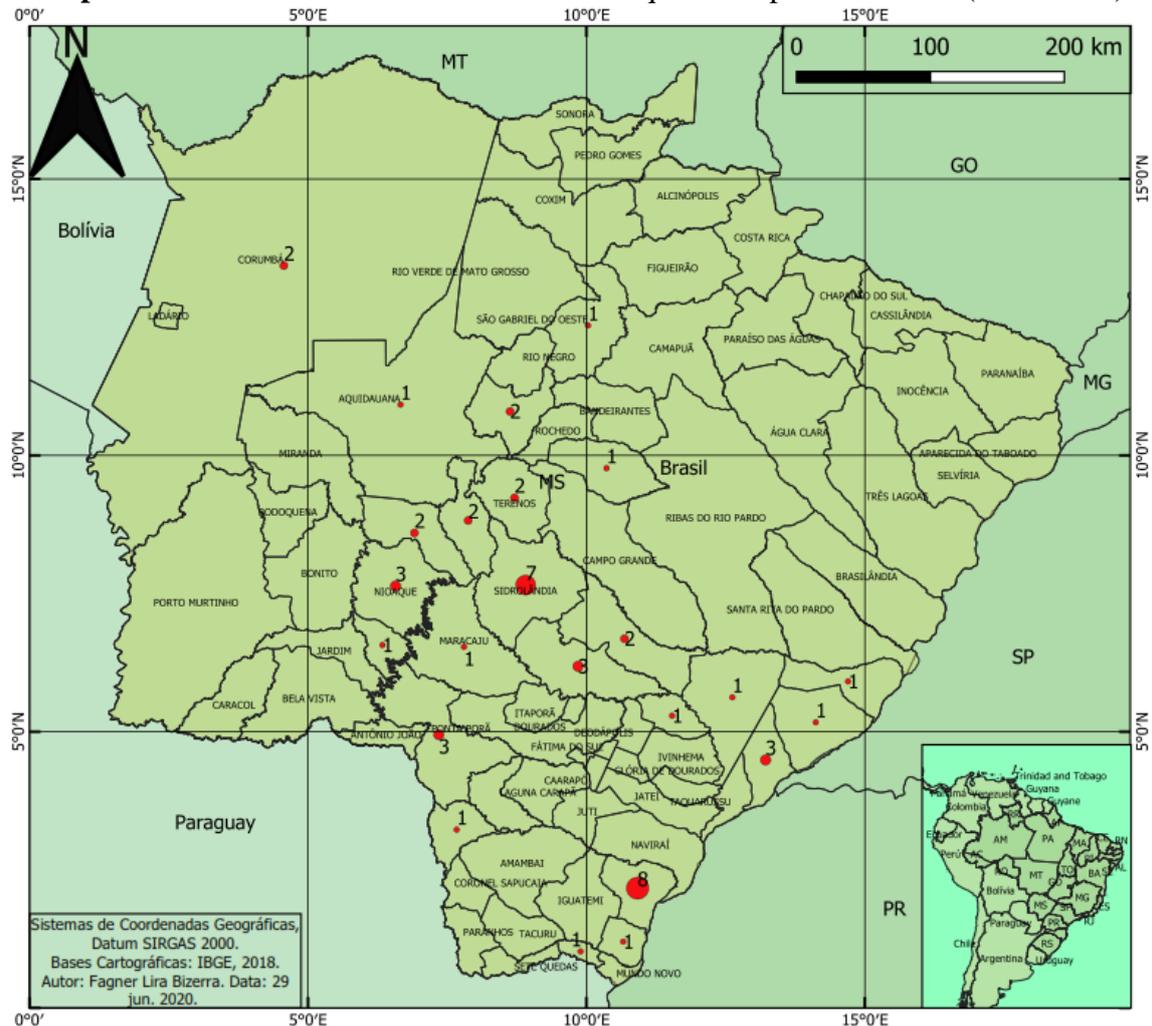


Fontes: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, 2019; DATALUTA, 2017; MST-MS, 2019.
Org.: Fagner Lira Bizerra, 2020.

Diante do gráfico 7 podemos ver ainda um aumento do número de ocupações até o ano de 2004 e uma redução drástica a partir de 2005 até chegar a zero nos últimos anos, com relação aos assentamentos conquistados pelo MST-MS a tendência foi parecida com redução de novos assentamentos criados a partir de 2007 ainda no governo Lula, chegando a zero a partir de 2013. Com isso, as expectativas com a Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul são negativas, além disso a violência contra os Sem Terra foi acentuada no governo Bolsonaro que declarou que os Sem Terra deviam ser recebidos “*a bala*” e autorizou o uso de armas de fogo por produtores rurais contra Sem Terra.

Diante disso, nos últimos anos o MST-MS tem se voltado para o fortalecimento dos territórios conquistados, por meio da produção, da educação e da comercialização de seus produtos, buscando fazer uso de técnicas agroecológicas com escopo de avançar em direção a soberania alimentar para o povo. Em Mato Grosso do Sul o MST se organiza em 7 regionais, com 55 assentamentos conquistados por meio das ocupações de terra, localizados em 25 municípios, como pode ser visto no mapa 1.

Mapa 1: Mato Grosso do Sul – Territórios conquistados pelo MST-MS (1984-2019)



Fonte: BIZERRA, 2020.

Org.: Fagner Lira Bizerra, 2020.

Esses 55 territórios conquistados entre os anos 1986 e 2013 têm capacidade para 12.067 famílias camponesas em uma área de 262.402,1821 hectares.

Ao longo desses 36 anos de existência o MST-MS realizou 98 ocupações registradas e outras reocupações para que fossem criados esses assentamentos rurais. Participaram dessas ocupações mais de 35.000 famílias Sem Terra, em mais de 30 municípios do Mato Grosso do Sul. Existem 204 assentamentos rurais criados no MS, indiretamente o MST teve influência na criação de todos eles, no entanto, podemos dizer que os 55 territórios da reforma agrária localizados no mapa 1 foram conquistas diretas do MST-MS.

Considerações finais

A ocupação sempre foi a solução, a palavra de ordem do I Congresso Nacional do MST, foi a principal tática de luta pela terra que em conjunto com outras formas de luta complementares forjaram os resultados conquistados pelos camponeses e camponesas Sem Terra. O que estimulou a criação de centenas de outros movimentos socioterritoriais de luta pela terra no Brasil, assim como dezenas em Mato Grosso do Sul que a partir da luta pela terra conquistaram os 204 Projetos de Assentamento rurais criados nesse estado.

Fica óbvio que por vários motivos, conforme foram reduzindo o número de ocupações de terra em Mato Grosso do Sul, também foram reduzindo o número de criação de novos assentamentos, chegando ao ponto da paralisação da reforma agrária em Mato Grosso do Sul sem novos assentamentos desde o ano de 2013. Além disso, os programas de apoio aos agricultores familiares sofreram vários desajustes e cortes.

O agronegócio segue avançando em cima de tudo que encontra pela frente e destruindo tudo que possa impedi-lo. Sejam leis de proteção ambientais, sejam políticas públicas de apoio aos camponeses, sejam áreas de territórios indígenas, quilombolas, ou biomas que deveriam ser preservados para o futuro da humanidade.

Em 2020 com a chegada da pandemia do COVID-19 no Brasil, a luta pela terra e por direitos sofreu mais um abalo, as organizações populares e os movimentos socioterritoriais têm se dedicado a protegerem e a salvar vidas. No entanto, tudo que já vinha acontecendo contra as políticas de Reforma Agrária e de conquistas de direitos da classe trabalhadora ainda se intensificou mesmo em meio a uma pandemia.

Em Mato Grosso do Sul temos um grande histórico de conflitos, lutas, resistências por e na terra e territórios. O momento é exaustivo e sem expectativas positivas, mas as reorganizações acontecem, e a experiência apresentada neste trabalho, é referência da capacidade do MST e de outros movimentos socioterritoriais de se recriarem em meio as mais adversas crises, diante do exposto o MST-MS segue como um movimento de grande importância histórica para a classe trabalhadora e camponesa.

REFERÊNCIAS

- AVELINO JUNIOR, José Francisco. “A Geografia dos conflitos pela terra em Mato Grosso do Sul”. In: ALMEIDA, Rosimeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p. 113-137.
- BIZERRA, Fagner Lira. **A territorialização do MST no Mato Grosso do Sul (1979-2019): o debate paradigmático como método de análise**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento territorial). Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)/ São Paulo, 2020.
- CAMPOS, Janaina Francisca de Souza; FERNANDES, Bernardo Mançano. O conceito de paradigma na Geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da geografia agrária. **Campo – Território**, v. 6, p. 21-52, 2011.
- CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. **Ocupações / Retomadas**. Comissão Pastoral da Terra – CPT, Goiânia, 2017.
- CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Comissão Pastoral da Terra – CPT, Goiânia, 2019.
- DATALUTA. **Banco de Dados da Luta Pela Terra**. 2017.
- DATALUTA. **Relatório DATALUTA BRASIL – 2016**. Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, 2017.
- DATALUTA. **Relatório DATALUTA BRASIL – 2017**. Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, 2018.
- FABRINI, João E. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosimeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p. 53-79.
- FELÍCIO, Munir Jorge. Paradigma da questão agrária e paradigma do capitalismo agrário. In: CAMPOS, Janaina Francisca de Souza; COCA, Esteban Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento**. São Paulo: Outras Expressões, 2014. P. 17-38
- IBGE. **Censo demográfico**. 1970-2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese (livre-docência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: v. 1-2, 2013.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro.** Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. 1979-1999. 1999. 318 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1999.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teoria para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **NERA**, ano 8, n. 5, p. 24-34, 2005.

INCRA. **Dados sobre estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul - julho de 2018.** 2018. Disponível em: <http://portal.incra.gov.br/?q=tree/info/file/17056> Acesso em: 01 de nov. 2019.

INCRA. **Relatório assentamentos geral:** superintendência regional Mato Grosso do Sul – SR 16. 2017.

MST-MS. **Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra Sem Terra de Mato Grosso do Sul.** 2019.

NAVARRO, Zander. Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustácio Ribeiro; NAVARRO, Zander (orgs). **A agricultura brasileira:** desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, IPEA, 2010, p. 185-209.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais:** uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. xi, 239 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009.

REGINA, Jesus Eurico Miranda; KUDLAVICZ, Mieceslau; JESUS, Sebastiana Almire. **Lutas dos Trabalhadores Rurais em Mato Grosso do Sul (1978-1992).** A participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). CPT, Campo Grande, MS. 1994. Revisado em 17 de maio de 2000. 2000.

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de Terra. In: CALDART, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. (p. 511 a 514).

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** 3º ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SNCR. **Estrutura fundiária:** Mato Grosso do Sul. 2018. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/docs/estatisticas-imoveis-rurais/ms-2018.pdf> Acesso em: 01 de nov. 2019.

Recebido em 27/04/2021. Aceito para publicação em 15/06/2021.
--